



Temática Meio Ambiente na Folha de São Paulo: abordagem quantitativa da presença de fontes na cobertura sobre questões ambientais entre 1992 e 2008¹

Emerson Urizzi CERVI²

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Michele Goulart MASSUCHIN³

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Bruna BRONOSKI⁴

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

Resumo: O trabalho propõe uma discussão sobre como um dos jornais de maior circulação no Brasil – Folha de São Paulo – tratou o tema meio ambiente na última década e meia a partir do estudo das fontes utilizadas pelos jornalistas. Os dados são resultado de pesquisa quantitativa do conteúdo de uma amostra por semana composta de 442 edições durante o período de 1992 a 2008. Apresentam-se dados sobre as fontes que aparecem nos textos analisados, observando que atores estão presentes nesses espaços. A hipótese inicial é que os diferentes tipos de fontes não aparecem de forma equilibrada na cobertura feita pelo jornal. Um objetivo complementar é dar continuidade a paper apresentado em 2009 no GT de Jornalismo do Intercom que apresentava os limites e potencialidades do uso de técnicas quantitativas para análise de produção jornalística

Palavras-chave: Fontes, Folha de São Paulo, Meio Ambiente, Análise Quantitativa.

1. Introdução

Assim como a mídia modificou o ambiente político (MIGUEL, 2002) ganhando importância e centralidade na esfera do debate público, também possui papel relevante na cobertura de outros assuntos, seja pelo seu papel de agendamento ou pela materialização de um debate que já acontece e é “transportado” para a agenda da mídia pelos atores sociais. Vários autores discutem o lugar que os meios de comunicação ocupam no espaço público. Na visão de *Aruguete* (2005) os meios de comunicação têm um papel de mediadores dos fatos, pois os acontecimentos que não estão ao alcance dos

¹ Paper apresentado na DT 1 – Jornalismo, GT Teoria do Jornalismo, sob coordenação do prof. Felipe Pena, no XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Caxias do Sul/RS, de 2 a 6 de setembro de 2010.

² Docente do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná – UFPR ecervi7@gmail.com

³ Mestranda/pesquisadora bolsista CNPq do programa de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná – UFPR mimassuchin@hotmail.com

⁴ Pesquisadora de Iniciação Científica do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG bbronoski@gmail.com



indivíduos chegam até ele pela mídia. Sendo assim, o tema meio ambiente, que na primeira metade do século XX era quase invisível para a sociedade, passou a compor a agenda dos veículos de comunicação a partir dos anos 90 (Tosi e Villar, 2001) e aquilo que antes aparentava ser um problema localizado e irrelevante passa a ser percebido em diversos locais do planeta. Dessa forma, na perspectiva de Aruguete (2005), a mídia proporcionou a diminuição das fronteiras e a visibilidade para fatos e acontecimentos que antes pareciam distantes e localizados.

Nesse aspecto, ganham destaque os movimentos ambientalistas, as ONGs, os atores que tentam dar visibilidade à temática ambiental. Assim, a mídia se coloca num espaço central na sociedade contemporânea nos mais diversos aspectos, seja como mediador do debate ou um próprio espaço onde ele acontece, por isso a importância em observar quem são os atores que aparecem quando o tema abordado é meio ambiente. O assunto está ligado à sociedade, pois nossos atos frequentemente refletem ações prejudiciais à natureza, por meio da poluição do ar pelo uso dos automóveis, produção de lixo doméstico, utilização de agrotóxicos nas lavouras, etc. A relevância que ganhou nas últimas décadas confere a ele espaço na agenda midiática por ser percebido como de interesse público. Com o passar do tempo e o aumento da degradação da natureza pelas ações do homem, percebeu-se a necessidade de chamar a atenção para esse tema e a mídia tornou-se um espaço para proporcionar visibilidade e levar à população diversos tipos de informação. Foi a partir do final do século XX que o jornalismo ambiental se desenvolveu com mais ênfase nos meios de comunicação (SCHIMIDT, 2005).

Devido a centralidade, tanto do tema meio ambiente quanto dos meios de comunicação na sociedade atual, o objetivo deste artigo é observar de que forma que os atores sociais aparecem nos textos jornalísticos quando o tema abordado é meio ambiente. De certa forma, podemos considerar as fontes jornalísticas como condicionantes na produção noticiosa. Essa idéia é defendida em várias teorias do jornalismo, que em maior ou menor grau colocam os atores como responsáveis, juntamente com o jornalista, pela produção das notícias. No caso da temática ambiental, que se tornou bastante polêmica no final do século XX, mais especificamente a partir da Eco-92 (Schmidt, 2005), também é alvo de interesse de diversos setores da sociedade (governo, empresas, ONGs e movimentos ambientalistas) que na tentativa de divulgar o tema para a mídia, tem seus objetivos e interesses a respeito de como o tema será retratado no jornal, revista ou qualquer que seja o veículo. E apesar dos problemas relatados por diversos pesquisadores, de que a mídia retrata o problema parcialmente, o assunto passou a ser pauta a partir do momento que se tornou importante discussão na sociedade. Os jornais diariamente falam de crise ambiental e de problemas ecológicos (ABREU, 2006). A mídia pode ser considerada como um ator responsável em levar os assuntos para o debate público, como coloca Bonfiglioli (2006):

A partir da década de 70, a vulgarização de conceitos e noções da temática ambiental junto ao público é ampliada, graças à crescente evolução tecnológica dos meios de comunicação. Cada vez mais, discursos relativos à defesa do ambiente natural e à garantia de qualidade de vida urbana, até então restritos aos seus lugares oficiais (ciência e governos), começam a adentrar o espaço simbólico do senso comum, gerando novos nós de significação e sentido e



adquirindo relevância frente aos demais discursos contraculturais do mesmo período (BONFIGLIOLI, 2006, p. 71).

O trabalho discute a presença das fontes na produção jornalística de um dos jornais de maior circulação no país quando o tema abordado trata-se do meio ambiente. Os dados ilustram dezessete anos (1992-2008) de produção jornalística e são resultado de uma pesquisa quantitativa de análise de conteúdo, onde foram analisadas 442 edições, totalizando em 783 entradas. São textos jornalísticos (informativos ou opinativos) publicados a respeito de meio ambiente no período. A Folha de São Paulo – analisada para a obtenção dos dados – é o jornal mais vendido no país, segundo os dados do próprio veículo, e está entre os de maior circulação nacional. Essa informação mostra a importância do periódico no país e justifica a análise, pois se percebe que a partir dele grande parte da população, direta ou indiretamente, passa a se informar.

O texto está dividido em quatro partes. A primeira mostra o contexto político, social e econômico do surgimento dos problemas ambientais e das preocupações da sociedade a respeito dos malefícios causados para a humanidade. A segunda apresenta, a partir do ponto de vista de alguns autores, o desenvolvimento do jornalismo ambiental, que engloba uma especialidade do campo jornalístico em abordar os assuntos relacionados ao meio ambiente. Na terceira parte apresenta-se a metodologia utilizada no trabalho de campo e posteriormente são discutidos os resultados gerais da pesquisa para que na última parte do texto seja dada atenção aos dados que mais interessam neste artigo, a fim de responder a pergunta que norteia o trabalho.

2. O desenvolvimento da temática ambiental na sociedade contemporânea

Os problemas ambientais entraram em discussão a partir do lançamento do livro de Rachel Carson, em 1962, intitulado *Silent Spring* (A Primavera Silenciosa). A autora contesta o uso intensivo de agrotóxicos e outros tóxicos para o rápido desenvolvimento do agronegócio, mais precisamente o DDT (pesticida organoclorado), criado em 1939 por Paul Muller, que foi chamado por Winston Churchill de “O Milagroso” pelo fato de sua invenção ter salvado os soldados americanos do mosquito da malária durante a II Grande Guerra. Por este feito, Muller recebeu o Prêmio Nobel em 1945. No entanto, o mesmo pesticida foi evidenciado por Carson como o “elixir da morte” ao associá-lo à redução do número de pássaros por suas propriedades cancerígenas e causadoras de danos genéticos. Assim, chamando a atenção de cientistas norte-americanos, o livro desencadeou uma série de discussões sobre os danos que o próprio homem era capaz de causar ao meio ambiente. É a partir daí que a mídia ajuda a transformar a situação dos recursos naturais do planeta em discursos políticos, já que a “ecologia” era continuamente perturbada e os homens estavam em perigo por destruir um sistema do qual dependiam (GOLLEY, 1993).

Neste cenário de preocupação do homem com seu habitat e os recursos naturais nele presentes, a Organização das Nações Unidas (ONU) sugeriu fóruns de discussão sobre o assunto, como a Estocolmo-72, na Suécia; a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro (Brasil) e a Eco-02, em Johannesburgo na África do Sul. Dos discursos elencados pelas problemáticas ambientais, ou seja, a estruturação lingüística das questões que envolvem



o meio ambiente, é que se estabelecem os conteúdos da ecologia como ciência e política (FOUCAULT, 2000). Também inserida nos estudos das vertentes lingüísticas, a pesquisadora Samyra Crespo (apud TRIGUEIRO, 2008) enfatiza a importância da pesquisa de opinião pública para que a sociedade entenda qual o grau de envolvimento com a questão – como políticas ambientais - que a mesma sociedade propõe (TRIGUEIRO, 2008). Por meio do debate público e de especialistas é possível identificar os paradoxos que norteiam os assuntos ambientais, como ocorreu com a descoberta das reais conseqüências do pesticida de Muller e, como outro exemplo, a verdadeira situação da sociedade urbanizada com os efeitos colaterais da industrialização, tida nas décadas de 1960 e 1970 como sinal de desenvolvimento. Em se tratando de Brasil, Crespo (apud TRIGUEIRO, 2008) afirma que o país não foi o mesmo depois da conferência da Eco-92 (também denominada Rio-92), em função do intenso debate midiático e da agenda pública.

Levando em conta a existência e posterior discussão de problemas ambientais é que conceitos são gerados, como o termo ‘desenvolvimento sustentável’ elaborado pela primeira-ministra da Noruega na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano em 1972, Gro Brundtland, e a Agenda 21, documento aprovado no Rio de Janeiro em 1992 pelos chefes de estado e governo.

Muitos são os problemas expostos por estas discussões, como as conseqüências do efeito estufa, os buracos na camada de ozônio, o desmatamento contínuo prejudicial à biodiversidade existente, seja da fauna ou flora, entre outros. André Trigueiro afirma ser grave o fato de a sociedade não se perceber como parte do meio ambiente, “normalmente entendido como algo de fora, que não nos inclui” (TRIGUEIRO, 2008). O autor propõe que a sociedade, além de debater sobre questões ambientais, seja capaz de entender o ser humano como parte desse meio, assegurando que até a etimologia do termo sugere esta integração, em que meio provém do latim *mediu*, significando tudo o que nos cerca, “um espaço onde nós também estamos inseridos” (op. Cit., p. 77) e ambiente, novamente do latim, referindo-se a *amb(o)* (aquilo que está ao redor) e *ire* (verbo ir), exigindo a presença dos indivíduos na conjuntura. Diante disso, é preciso considerar as características específicas do tratamento do tema meio ambiente pelos meios de comunicação, pois é a partir da cobertura jornalística que se pode pensar a forma de entrada e a permanência do tema no debate público. É o que faremos no próximo tópico.

3. As problemáticas do Jornalismo Ambiental

Segundo Strauch (2002), o Jornalismo Ambiental é uma tarefa de abordagem complexa, que apresenta contextos históricos, sociais, políticos e econômicos de difícil cobertura, exigindo um preparo e esforço especial dos jornalistas. Hannigan (1995) diz que as dificuldades encontradas no jornalismo se devem às rotinas produtivas a que as notícias são submetidas. Diante desta premissa, Carina Benedeti alega que não cabe ao público pressupor, mas ao jornalista expor, com clareza e responsabilidade, as limitações do trabalho que realiza (BENEDETI, 2006). Como alguma parcela significativa das questões de meio ambiente tem como referência a denúncia, o jornalista ainda sofre a pressão de espaço-tempo para a apuração das informações. De acordo com Wilson



Bueno (s/d), a fragmentação imposta pelo sistema de produção jornalística torna frágil a cobertura de temas ambientais.

Além deste impasse, a atual prática do jornalismo ambiental instiga pesquisadores do tema à constatação de que as fontes utilizadas para as notícias são majoritariamente de caráter oficial, ou seja, a sociedade civil é pouco representada na mídia ao se falar de meio ambiente. Como exemplo, tem-se a pesquisa de Benedeti (2006), que analisou uma amostra de 213 notícias de edições de sete jornais brasileiros com grande circulação sobre a cobertura dos transgênicos em 2004. Como a autora exprime, “a pesquisa produziu resultados preocupantes” (2006, p.17). Das notícias analisadas, somente 4,7% representavam opiniões ou outro tipo de citação pertencente à sociedade civil, inferindo que alguns dos grandes jornais brasileiros abordam o tema de maneira institucionalizada, seja no âmbito privado (18,8%) ou público (63,8%)⁵. Para uma possível explicação deste tipo de predominância de fontes, Breed (1999) aponta as razões do controle social na redação, como a dependência de instituições, relação gerada por sentimentos de obrigação e estima e até mesmo pela cooperação na redação como um prazer da atividade.

Outra perspectiva do jornalismo ambiental se dá no modo como as notícias devem ser contextualizadas. Trigueiro (2008) defende a idéia de que este gênero do jornalismo não deve ser tratado periféricamente como ocorre nos dias atuais, sem que a discussão se torne vasta e insira aspectos que extrapolem fauna e flora. Massierer (s/d) discute o jornalismo ambiental como um gênero provido de todas as características dos demais tipos de jornalismo (como a pluralidade de fontes consultadas, profundidade do conteúdo e aprimoramento das notícias pelo esforço de aprofundá-las em conteúdo) e uma peculiar: a visão sistêmica. Esta característica própria indica que as questões ambientais devem ser incorporadas pelos meios de comunicação não só como notícias isoladas, mas também considerando o todo que as cerca, a fim de prover uma contextualidade do assunto. Percebe-se que a autora entende o jornalismo ambiental na mesma visão de Girard (apud MASSIERER, s/d): possui a função de educador, incumbido de fazer valer a cidadania da população.

Em contrapartida, Wilson Bueno declara haver muito mais o jogo da busca de audiência com a temática aqui discutida do que o propósito de introduzir cidadania numa sociedade com a publicação de tais notícias. O autor recorre à afirmação de que acidentes ambientais compõem o cenário de ‘notícia-espetáculo’ preenchendo, em sua maioria, a abordagem do assunto na mídia. Isto causaria o detrimento de notícias provedoras de debate que, de algum modo, alterariam a realidade ambiental negativa da atualidade. Assim também pensa José Hernando (2004) ao citar o professor Lozano Ascencio: “*todos sabemos que la información sobre el ambiente transmitida em los medios de comunicación, em muchas ocasiones, está en la estela de las catástrofes (...)*”⁶. Hernando também aponta que a falta de espaços exclusivos para o tema dificulta a existência de um jornalismo ambiental especializado, ou mais contextualizado, utilizando o termo usado por Massierer.

⁵ Valores da pesquisa citada (BENEDETI, 2006).

⁶ “Todos sabemos que a informação sobre o meio ambiente transmitida nos meios de comunicação, em muitas ocasiões, está na esteira das catástrofes”, (ASCENCIO apud HERNANDO, 2004)



Outra explicação para o tratamento dado ao tema, ainda para Hernando (2004), seria a falta de qualificação em assuntos ambientais dos profissionais do jornalismo. A partir do autor tem-se a visão de que a falta de informação ambiental específica obriga o produtor de notícia a recorrer majoritariamente a fatos catastróficos e desastres naturais, visto que este tipo de fato possibilita que jornalistas especializados em outras áreas consigam apurar as informações satisfazendo as exigências da redação. São visíveis no jornalismo ambiental os problemas que o envolvem, todavia o autor enxerga uma perspectiva de avanço nesta área, pela preocupação, ainda que tênue, dos profissionais do jornalismo em tornar o meio ambiente uma disciplina científica dentro da prática de comunicação. A partir dessa discussão teórica sobre a cobertura jornalística a respeito do meio ambiente, analisaremos nos próximos tópicos como se deu a cobertura ambiental no jornal Folha de São Paulo nas últimas duas décadas.

4. Análise quantitativa da cobertura ambiental

Os dados apresentados a seguir são resultado de uma pesquisa quantitativa em que foram analisados 17 anos da produção jornalística da Folha de São Paulo sobre o tema meio ambiente. A escolha do método está ligada ao objetivo da pesquisa, que é relacionar dados da realidade com os conceitos e teorias já existentes. Para a utilização desta metodologia é necessário respeitar a exigência de um grande número de casos a fim de detectar diferenças significativas e fazer inferência na realidade (DAVIS, 1976). Na pesquisa quantitativa é possível estudar um número significativo de indivíduos (os textos jornalísticos), analisando muitas de suas características, pois o método permite reduzir grande massa de informações em indicadores que possibilitam quantificar e posteriormente interpretar os resultados (CERVI, 2009).

Este estudo é feito a partir de 783 entradas – textos informativos - sobre meio ambiente, as quais foram coletadas em 442 edições do jornal. A pesquisa foi realizada por amostragem. A amostra usada é por semanas compostas, ou seja, a seleção de uma edição por quinzena sequencialmente durante todo o período. Bauer (2002) cita a “semana artificial” que, na amostragem de jornal por datas, como neste caso, as edições são as unidades de amostragem (UA) e os textos são as unidades de registro (UR). Essas unidades de registro (cada texto selecionado) serão tomadas por base para o trabalho de pesquisa e, apesar da escolha por edições, serão analisadas apenas as notícias sobre jornalismo ambiental. O segundo passo é a codificação das categorias, resultado da revisão bibliográfica. Segundo Fonseca (2008), a função da codificação é servir de elo entre o material escolhido para análise e a teoria do pesquisador. Foram identificadas possíveis variáveis para a construção das análises, subdivididas em categorias: data, seqüência das matérias na edição, formato, título, localização nas editoriais, posição na página, altura e largura, composição visual, tema ambiental, tema amplo, tema aberto, abrangência, origem e quantidade das fontes, além das observações adicionais.

Ao observar os resultados gerais da pesquisa, é possível dizer que o tema meio ambiente não é permanente na cobertura jornalística da Folha de São Paulo. Comparando com outros, como esportes, por exemplo, é evidente que ganha menos espaço no jornal. Além disso, o assunto não apresenta um crescimento constante ao longo do período quando se observa o espaço ocupado e o número de entradas. Na pesquisa



identificaram-se períodos de pico (1992, 2000, 2001 e 2008), queda (entre 1993 e 1999) e crescimento (entre 2001 e 2007) no espaço destinado ao tema, o que mostra que não houve um crescimento contínuo ao longo dos anos (MASSUCHIN, 2009).

Além do tema não apresentar um crescimento constante no jornal, ele também perde espaço para outros na capa, que é o lugar de maior visibilidade do jornal. Foram catalogadas apenas 65 chamadas de primeira página, em 60 edições de um total de 783, o que representa apenas 9% dos textos que apareceram na parte interna do jornal. Outro dado que aparece na pesquisa deixa evidente a discrepância entre os diferentes temas abordados pelo jornal. Ao tratar de meio ambiente, o tema ‘denúncia’ aparece em 372 textos (47,5%) dos 783 coletados e ‘discussão/políticas públicas’ em 238 (30,4%), os demais temas aparecem em número bem mais reduzido. É o caso de ‘resultados de pesquisa’, ‘eventos’ e ‘educação ambiental’, que aparecem com 93 (11,8%), 61 (7,7%) e 15 (1,9%) textos, respectivamente.

A pesquisa observou também que dentre os temas ambientais, categorizados em desenvolvimento sustentável, poluição e mudanças climáticas, por serem as discussões centrais das conferências realizadas pela ONU, desenvolvimento sustentável foi o que mais apareceu durante todo o período. O tema é o que possui maior número de entradas em quase todos os anos, exceto 1994, 1996 e 1998. De modo geral, desenvolvimento sustentável aparece com 368 entradas, poluição com 180 e mudanças climáticas com 235. Além disso, a entrada de temas no jornal não segue a lógica das conferências, as quais foram mais agendadas editorialmente pelo jornal, pois poluição aparece em maior quantidade a partir de 2000 - sendo pauta principal em 1972 - e mudanças climáticas, que mesmo aparecendo ao longo do período, não tem grande elevação em 2002, quando aconteceu a conferência em Johannesburgo. Apenas o tema desenvolvimento sustentável, pauta da ECO-92, teve aumento no ano do evento.

No decorrer do período foram encontrados mais de 60 temas específicos nas notícias e que eles não aparecem sempre. Alguns permanecem, outros aparecem a partir de certo tempo; há os que estão em grande quantidade no início e decrescem no final, alguns se apresentam bastante oscilantes e outros são apenas relacionados a eventos. ‘Aquecimento global’, por exemplo, ganha visibilidade a partir de 2002, apesar de já aparecer no jornal em anos anteriores. O tema ‘biodiversidade’ se mostra mais oscilante, pois em alguns anos apresenta várias matérias e em outros nenhuma⁷. Diferente, há os que aparecem apenas num determinado período, que é o caso do ‘biocombustível’ e ‘transgênico’. Os dois temas surgem a partir de certo período. O primeiro em 2004 e o segundo em 1999. Já o tema ‘enchente’, ao invés de aumentar, faz o percurso contrário e diminui ao longo do tema. Como o número de entradas não possui grande elevação no período pesquisado, é necessário, de fato, que um tema ‘diminua’ para que outro ‘apareça’ no jornal, a fim de que os dados estejam coerentes. Isso leva à conclusão que constantemente um tema toma espaço do outro dentro da cobertura sobre meio ambiente e que não há um crescimento real da participação do tema na produção editorial do veículo de comunicação.

⁷ apesar de estar presente já em 1992, apresenta períodos de pico em 2000, 2004, 2006 e 2008, porém em período intermediários, como 2001, 2002, 2005, 2007, não há sequer incidência do tema.



Sobre a visibilidade e espaço utilizado pelos textos, a pesquisa mostra que neste tema predominam os textos de tamanho pequeno. Essa constatação leva a outra que é o fato de haver poucas fontes de informação nas produções. Dessa forma, apesar da Folha defender que sua produção é especializada, o jornal não faria jornalismo especializado. Tanto o jornalismo científico (que deveria estar presente na editoria de ciência) e o jornalismo ambiental são ramificações da especialização e deveriam ser baseados em produção mais completa, contextualizada e aprofundada. Em contrapartida, o veículo consegue manter as temáticas divididas nas editorias de acordo com o enfoque dos textos. Isso fica evidente quando a análise indica que os ‘resultados de pesquisa’ estão em maior parte na editoria de Ciência, que Opinião é um dos espaços onde mais aparecem as ‘discussões/políticas públicas em meio ambiente’, que ‘eventos’ fica centralizado entre as editorias ‘Cotidiano’ e ‘Brasil’ e que ‘denúncia’ aparece com 57,7% em Cotidiano. Considerando todas essas informações preliminares, no tópico seguinte do texto são apresentados os dados específicos sobre a presença das fontes nos textos coletados no jornal. Por meio destes dados, pretende-se discutir o tipo de cobertura feita pelo jornal, observando como veículo trata um tema global, tal como o meio ambiente, o que possibilita testar a hipótese inicial proposta neste artigo.

5. Fontes na produção jornalística sobre Meio Ambiente na FSP

A variável mais relevante para responder a pergunta que norteia este trabalho diz respeito às fontes e estão divididas em duas grandes variáveis: tipo de fonte ambiental (a primeira fonte citada no texto e a segunda que mais aparece após a primeira) e total de fontes presentes no texto. Para a produção do livro de códigos utilizado na coleta dos dados foram identificados dez tipos de fontes frequentes, além da categoria ‘outro’. A categorização foi adaptada levando em consideração os tipos de atores que se fazem presentes ao falar sobre este tema⁸. Além da tipificação, a pesquisa observou a quantidade de fontes para estabelecer o número total que cada notícia apresenta.

A tabela 1 mostra os tipos de fonte que apareceram com maior visibilidade, ou seja, aquela que é a primeira citada em cada notícia. É possível perceber a prioridade do veículo por dois tipos de fontes que se caracterizam como oficiais: ‘estado/governo’

⁸ ‘Estado/governo’ caracteriza a fonte que representa o poder público (prefeito, governador, ministros, representantes de instituições governamentais etc.); ‘cientistas/pesquisadores’ (quando representa uma universidade, uma instituição de pesquisa, um grupo de pesquisadores etc.); ‘Ambientalista e ONGs’ enquadram as que representam instituições que lutam pelas causas ambientais e que defendem a preservação do meio ambiente (geralmente são dessas fontes que partem as denúncias); ‘Empresas privadas’ reúne os atores que representam as empresas envolvidas com o assunto da reportagem. Aqui entram os fazendeiros, latifundiários, proprietários de grande extensão de terra, etc. Definiu-se ainda como ‘população’, os entrevistados que dão depoimentos sem ser nenhuma das definições das categorias acima citadas. Geralmente compreendem as pessoas afetadas pelos problemas causados pela poluição, desmatamento, enchentes etc. ou que presenciaram um determinado acontecimento e dão seu testemunho para o repórter. Outra variável é ‘policia/bombeiros’, a qual aparece geralmente em matérias sobre queimadas, desastres naturais e tragédias e compreende as fontes que representam estes setores. ‘Legislativo’ e ‘Judiciário’ também compõem a divisão de fontes e estão relacionados à criação de novas leis e julgamento de crimes ambientais. Para finalizar, mais duas categorias: ONU e jornalistas. A ONU recebe uma categoria específica por ser uma representante da sociedade organizada na luta pela preservação do meio ambiente e os jornalistas, quando descrevem aquilo que presenciaram diretamente, em forma de relato de experiência.

(39,9%) e ‘cientistas/pesquisadores’ (32,1%) são as categorias que mais aparecem como sendo a primeira fonte citada no texto. O grupo que exemplificaria a utilização de fontes não oficiais, os ‘ambientalistas’ e a ‘população’, quase não aparece como primeira fonte. As duas juntas não somam nem 11% nesse espaço de maior visibilidade (título ou início da notícia). É possível observar, ainda, que o jornal tem preferência em dar visibilidade para dois tipos específicos de fontes, os quais se enquadram como fontes oficiais (que representam uma instituição). A fonte que mais aparece como primeira citada é ‘estado/governo’. Isso demonstra a preferência por fontes oficiais nas notícias. Além disso, o segundo tipo que mais aparece como primeira fonte são ‘cientistas e pesquisadores’, que representam as instituições de pesquisa e universidades.

TABELA 1 - Distribuição da primeira fonte citada em cada texto

Tipo de fonte	Frequência	%
Estado/Governo	185	39,9%
Cientista/Pesquisadores	149	32,1%
Ambientalistas/ONGs	20	4,3%
Empresas privadas	41	8,8%
População	40	8,6%
Polícia/Bombeiros	16	3,4%
Legislativo	1	0,2%
Judiciário/juiz, promotor advogado	8	1,7%
ONU	2	0,4%
Outro	2	0,4%
Total	464	100,0
Total de textos com fontes	464	59,3
Textos sem fontes	319	40,7
Total	783	100,0

A “preferência” por um tipo específico de fonte pode estar relacionada, com o fato de alguns deles contribuírem para dar mais veracidade à informação por responderem em nome de uma instituição - as fontes oficiais. Geralmente esse tipo de fonte já possui assessoria de imprensa e dispositivos que além de agendarem os meios de comunicação, fazem com que os jornalistas os procurem para servir de fontes para a produção das notícias. Évora (2005, p. 05) cita FontCuberta (1999) para explicar a relação entre fontes e jornalistas: “a relação entre os meios e as fontes é uma das mais complexas e estruturantes de todo o processo de produção das notícias”.

Além disso, textos sem fontes (tabela 1) somam 40,7% das entradas e são baseadas apenas em relatos dos fatos feito pelo repórter. Tratando-se de uma especialização do jornalismo como defende Villar (1997) os textos deveriam apresentar mais fontes, afinal elas são responsáveis por repassar as informações ao repórter, ainda mais neste caso que há um grande número de textos sobre descobertas científicas e que o repórter não dá conta de explicar sozinho o fato, precisando da contribuição das fontes jornalísticas. Dessa forma, não ter entrevistados ajuda a explicar parte dos problemas identificados por autores da área como é o caso da descontextualização, fragmentação e falta de visibilidade dos textos. Sem diversidade de fontes os textos apresentam-se frágeis,

baseados apenas em relatos do jornalista sem mostrar-se plural. Além de não haver pluralidade nos textos, a incidência de fontes oficiais é elevada com relação aquelas não oficiais, mostrando como dois tipos de fontes possuem mais visibilidade e espaço do que as demais.

Como se percebe, há duas categorias que ocupam as primeiras colocações como sendo as primeiras fontes de informação ouvidas pelo veículo. As demais, tais como ‘Ambientalistas/ONGs’, ‘empresas’ e ‘população’ somam apenas 4,3%, 8,8% e 8,6%, respectivamente. Isso mostra que há uma centralização na escolha das fontes. Essa informação é importante, pois, a partir da bibliografia sobre os movimentos ambientalistas, percebe-se que eles são responsáveis pela visibilidade que o tema meio ambiente ganhou na sociedade, e conseqüentemente na mídia, nos últimos anos a partir dos movimentos, debates, eventos, etc. Porém, ao observar a frequência que esse tipo de fonte aparece, percebe-se que os ambientalistas aparecem em apenas 4,3% dos textos que possuem fonte como sendo a primeira fonte citada. Olhando para as duas fontes, tanto a primeira quanto a segunda citada, os movimentos e ambientalistas ganham espaço de voz em apenas em 5,8 % dos 464 textos com fontes. Isso mostra que apesar de conseguirem colocar o tema no debate público, essa categoria de fontes não aparece nos textos. Isso pode ser explicado pela preferência do jornal pelas outras fontes (estado/governo e cientistas/pesquisadores), pois se as ONGs e ambientalistas conseguem colocar o tema em debate como diz a literatura, possivelmente devem possuir mecanismos para agendar a mídia, porém não conseguem “disputar” com as demais fontes a preferência do veículo. Sobre as demais categorias, elas são quase insignificantes em relação aos demais, como é o caso do ‘judiciário’, que aparece apenas em oito textos como sendo a primeira fonte das 464 notícias. Observa-se que a mesma seqüência da tabela acima se repete na tabela que mostra que a segunda fonte com mais visibilidade segue a mesma tendência que a primeira citada.

TABELA 2 – Segunda fonte que mais aparece nos textos coletados

Fonte	Frequência	%
Estado/Governo	86	39,3
Cientistas/Pesquisadores	70	32
Ambientalistas/ONGs	10	4,5
Empresas privadas	22	10,4
População	27	12,3
Polícia/Bombeiros	1	0,4
Judiciário	3	1,3
Total de textos com mais de uma fonte	219	100,0
Total de textos com mais de uma fonte	219	28,0
Total de textos com apenas uma fonte	245	31,2
Total de textos sem fontes	319	40,7
Total de textos coletados	783	100,0

Na Tabela 2 percebe-se que ‘governo/estado’ e ‘cientistas/pesquisadores’ não são prioridades apenas na primeira fonte utilizada nos textos, mas se repetem quando

observada a segunda com mais visibilidade. Isso significa que, no geral, essas duas categorias são as que mais aparecem em todo o texto, pois como veremos a seguir, são poucos os textos com mais de duas fontes citadas. Outro dado importante é que dos 783 textos coletados, apenas 219 apresentam mais de uma fonte. Isso enfatiza ainda mais a visibilidade dada às fontes oficiais, pois na maioria dos casos elas aparecem sozinhas nos textos, apontando os seus pontos de vista e sem nenhuma informação que possa contrapô-lo, que em muitos casos seria o papel da população e das próprias ONGs.

Essas informações comprometem o discurso do próprio jornal analisado que se diz ‘pluralista’ e que ‘ouve os diversos lados do acontecimento’. Essa informação está no Manual de Redação da Folha de São Paulo e pode ser contestada quando observada as duas tabelas sobre a utilização das fontes. Primeiramente, um texto sem entrevistados tem menos chances de ser plural e mais de 40% aparecem nessa situação. Além disso, como a maioria das notícias tem apenas uma fonte e a maior parte dos textos tem como primeira fonte as oficiais, há possibilidade de vários casos apresentarem apenas informação oficial. E mesmo que as notícias possuam duas ou mais fontes há grande chance de que pelo menos duas sejam oficiais, já que na segunda fonte observada (Tabela 2), a categoria ‘estado/governo’ e ‘cientista/pesquisador’ são também as de maior visibilidade após a primeira citada, com 39,3% e 32%, respectivamente. E, apenas observando as tabelas, percebe-se na discrepância dos dados entre uma e outra fonte, que o jornal não tende a ser plural, já que para que de fato este conceito seja aplicado na produção, ela deve ter não apenas quantidade de fontes, mas diferentes tipos, ou seja, um texto ter duas fontes não significa que ele seja plural se as duas sejam da mesma categoria.

Como define Traquina (2005), as fontes é que dão o enquadramento do tema, e sendo assim, a partir do momento em que os veículos se utilizam das fontes oficiais ou centralizam a produção em apenas um tipo delas, como mostra os dados oferecidos pela tabela, o texto passa a ser enquadrado de acordo com uma fonte e não a partir do ‘confronto’ das informações explicitadas por diversas delas, o que demonstraria verificação de informação e pluralidade de opiniões. Em resumo, das 783 matérias, 319 (40,7%) não possuem fontes e 464 (59,6%) possuem pelo menos uma. Dessas 464, 219 (28 %) apresentam mais de uma e 245 (31,2%) possuem apenas uma. Para mostrar a quantidade de fontes encontradas em cada texto, apresentamos a tabela 3. Os dados evidenciam que o número de textos vai diminuindo na medida em que aumenta a quantidade de fontes utilizadas.

TABELA 3 – Número de fontes catalogadas em cada texto

Quantidade	Frequência	%
0	319	40,7
1	245	31,3
2	130	16,6
3	60	7,7
4	22	2,8
5	6	0,8
6	1	0,1
Total	783	100,0

A Tabela 3 mostra como o número de textos diminui na medida em que aumenta as fontes, o que representa de modo geral as poucas fontes de informação, evidenciando a falta de pluralidade já discutida acima. No caso das fontes que representam o governo, as quais aparecem em evidência na coleta de dados, esse resultado pode ser explicado pela relação das redes noticiosas, com o cultivo das fontes e a relação entre fonte e jornalista. Além disso, a disparidade entre a utilização de uma fonte e outra mostra que, de fato, na abordagem do tema meio ambiente, elas não possuem o mesmo tipo de acesso. A tabela 4 a seguir mostra a relação das fontes com o tipo de entrada.

TABELA 4 – Localização das primeiras fontes nos formatos de textos

Fonte	Chamada de 1ª página	Reportagem	Entrevista	Nota	Total
Estado/Governo	4 (67,7)	147 (41,6)	2 (20)	32 (33,7)	185 (39,9)
Cientistas/Pesquisadores	1 (16,7)	103 (29,2)	8 (80)	37 (38,9)	149 (32,1)
Ambientalistas/ONGs	0	18 (5,1)	0	2 (2,1)	20 (4,3)
Empresas privadas	0	34 (9,6)	0	7 (7,4)	41 (8,8)
População	1 (16,7)	36 (10,2)	0	3 (3,2)	40 (8,6)
Polícia/Bombeiros	0	8 (2,3)	0	8 (8,4)	16 (3,4)
Legislativo	0	1 (0,3)	0	0	1 (0,2)
Judiciário	0	5 (1,4)	0	3 (3,2)	8 (1,7)
ONU	0	1 (0,3)	0	1 (1,1)	2 (0,4)
Outro	0	0	0	2 (2,1)	2 (0,4)
Total	6 (100)	353 (100)	10 (100)	95 (100)	464 (100)

Por meio dos dados da Tabela 4, é possível observar que, além de poucas chamadas possuírem citação, 66,7% delas são de fontes ‘governamentais’. Esse dado mostra novamente a visibilidade dada às fontes governamentais/oficiais. Além de serem mais procuradas pelo jornal, elas ocupam espaço mais privilegiado: a capa. Outra informação a ser ressaltada é que ‘cientistas/pesquisadores’ é a categoria que mais aparece em entrevistas, em 80% das entradas. Esse dado pode ser explicado pelo fato do entrevistado geralmente ser alguém importante na área de meio ambiente e que tenha um grande número de informações sobre o tema para repassar aos leitores.

Os políticos, apesar de receberem bastante espaço nas notícias e serem importantes, não aparecem em grande quantidade nas entrevistas, pois não são especialistas em assuntos relacionados ao tema meio ambiente (a não ser que seja o Ministro do meio ambiente, por exemplo). Já os cientistas e pesquisadores apresentam um leque maior de informações sobre o assunto, podendo ‘render’ uma entrevista. Outro dado importante da tabela é que as categorias ‘ambientalistas/ONGs’ e ‘população’, que geralmente são a contraposição das fontes ‘governamentais’ e de ‘empresas’, se encontram em maior número (18 e 36, respectivamente) apenas nas reportagens, que são textos maiores e que possibilitam a inserção de mais de uma fonte. Para complementar essa informação, a próxima tabela apresenta os dados de como as fontes aparecem distribuídas nos textos coletados. Percebe-se que elas se concentram nas reportagens, entrevistas, chamadas e



nota. As colunas, artigos, editoriais e foto-legendas dessa amostra não apresentaram fontes.

As ‘notas’ apresentam um total de 235 entradas, mas destas, 59,6% não apresentam fontes e 33,2% apresentam apenas uma fonte. Notas com duas fontes não chega a 5% do total, alcançando apenas 4,3%. Isso mostra que os textos que são pequenos tendem a ter poucas fontes. Se o tema tivesse mais espaço no jornal e as notícias fossem maiores, haveria como colocar as informações dos entrevistados. Já nas reportagens, há um número maior de textos com fontes, pois das 409 reportagens, 13,9% não apresentaram fontes. Além disso, é nessa categoria que há textos com maior número de fontes, como por exemplo, com cinco e seis entrevistados, porém é nela também que há o maior percentual de textos com apenas uma fonte (38,6% contra 33,1% nas notas), mesmo sendo textos mais extensos e que comportava mais informação.

6. Notas conclusivas

A partir dos resultados obtidos é possível contestar a informação da Folha de São Paulo de fazer debate público sobre os assuntos importantes na sociedade, pois no caso do meio ambiente o discurso do jornal a respeito do assunto ainda aparece fragmentado. Apesar de o tema aparecer no jornal, e de alguma forma haver esse debate ele se dá apenas pelos acontecimentos factuais, não sendo permanente no jornal. E, além disso, o estudo das fontes contesta o próprio ‘discurso’ do jornal que se diz plural. As duas fontes que mais aparecem nas notícias, tanto como primeira citação ou a segunda que mais ganha visibilidade, são as governamentais e as que representam instituição de ensino e pesquisa, que no trabalho foram categorizadas como ‘estado/governo’ e ‘cientista/pesquisador’. Das 783 entradas, 59,3% apresentam pelo menos uma fonte de informação, totalizando 464 textos. Desses, 72% apresentam como primeira fonte essas duas categorias identificadas acima, que representam fontes oficiais.

Aqui foi possível mostrar a predominância das fontes oficiais sobre as não-oficiais confirmando a inexistência de equilíbrio na cobertura da Folha de São Paulo, o que seria importante para garantir espaço de voz para todos os atores sociais e um debate mais plural sobre o assunto. As fontes que representariam as não-oficiais, por exemplo, ambientalistas e a população, aparecem como sendo a primeira citada apenas em 12,9% dos textos. Isso mostra a disparidade que existe entre fontes oficiais e não-oficiais na produção jornalística feita pelo jornal (isso que nem foram incluídas nas fontes oficiais aquelas que aparecem poucas vezes como donos de empresas, polícia, etc.). A explicação que Habermas (2006) faz sobre fontes ocorre claramente na pesquisa: as fontes oficiais são predominantes enquanto os outros agentes sociais não têm acesso regular.



7. Referências Bibliográficas

ARRUGUETE, N. **Los medios de comunicación y la formación de la agenda pública.** Verso e Reverso – revista de comunicação, Unisinos. n° 41, Ano XIX, 2005/2.

BAUER, M. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão.** In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: *um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENEDETI, Carina A. **Qualidade da informação: análise da cobertura jornalística sobre transgênicos.** 2006.

BREED, Warren. **Controle social na redação. Uma análise funcional.** In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias, “estórias”*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental: navegando por um conceito e por uma prática.** Disponível em: www.agricoma.com.br/artigowilbuenojornalismoambiental.htm. Acesso em 14 de junho de 2010.

CERVI, E. **Métodos quantitativos nas ciências sociais: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e ao debate com qualitativas.** In: Ayres, J. B. (Org.) *Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas*. Ponta Grossa: Toda Palavra Editora, 2009.

ERBOLATO, M. **Técnicas de codificação em Jornalismo - Redação, captação e edição no jornal diário.** São Paulo: Ática, 1985.

EVORA, **Silvino Lopes.** As fontes jornalísticas na televisão cabo-verdiana: “Os definidores primários” das discussões. Disponível em: www.bocc.uff.br/pag/evora-silvino-fontes-jornalisticas.pdf. Acesso em: 08 de abril de 2010.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GOLLEY, Frank B. **A history of ecosystem concept in ecology: more than the sum of the parts.** New York: Yale University Press, 1993.

HABERMAS, J.. **Political Communication in mídia Society: Does Democracy still enjoy na epistemic dimension?The impactof Normative Theory on Empirical Research.** Revista Communication Teori. No 16, 2006, p. 411-426.

HANNIGAN, John A. **Os meios de comunicação social e a comunicação ambiental.** In: HANNIGAN, John A. (Org.). *Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995, p. 79-101.

HERNANDO, José A. A. **El tratamiento de la información ambiental: los retos del periodismo ecológico.** 2004. Disponível em: <http://chasqui.comunica.org/content/view/87/58/> Acesso em 15 de junho de 2010

MASSIERER, Carine e GIRARDI, Ilza M. T. **O peso da organização jornalística na construção das matérias de meio ambiente no Brasil.** Disponível em:



http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Tecnologia/ponencias/GT18_%20%20M%20assierer%20Tourinho.pdf Acesso em 15 de junho de 2010.

MIGUEL, L. F. **Os meios de comunicação e a prática política**. São Paulo: Lua Nova – Revista de Cultura e Política, n°55/56, 2002, p. 155-184.

STRAUCH, Manuel Christoph. **Meio Ambiente nos jornais de Porto Alegre: um panorama da abordagem ambiental no Correio do Povo, Jornal do Comércio, O Sul e Zero Hora**. 2002. 68 f. Monografia desenvolvida na disciplina Projeto Experimental em Relações Públicas I, UFRGS, Departamento de Comunicação Social, Faculdade de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. Vol I. Por que as notícias são como s. Florianópolis: Insular, 2005**.

TRIGUEIRO, André (Org.). **Meio Ambiente no Século 21**. Autores Associados Ltda, 5ª Ed. 2008.